

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
CURSO PEDAGOGIA**

**ANTONIA LIMA DE OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL ESCOLAR**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO  
2019**

**ANTONIA LIMA DE OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL ESCOLAR**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob orientação do Professor Doutor Kelber Abrão.

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- O48r Oliveira, Antonia Lima de.  
Reflexões sobre a educação especial escolar. / Antonia Lima de Oliveira. – Miracema, TO, 2019.  
29 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.  
Orientador: Ruhena Kelber Abrão Ferreira
1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Interatividade  
aluno x professor. 4. Deficiência física. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANTONIA LIMA DE OLIVEIRA

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL ESCOLAR

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 21/03/2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira, Orientador, UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Alderise Pereira da Silva Quixabeira, Examinador, UFT

---

Prof. Dr. Alexandre da Silva Borges, Examinador, UFPel

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus em sempre esteve comigo e nunca me deixou desanimar frente as adversidades da vida.

Aos meus colegas do curso de Pedagogia pelos anos que trocamos apoio, conversas, textos, aulas, trabalhos, em especial ao Dárcio.

Ao meu querido orientador Kelber Abrão pela paciência e ternura neste tempo de orientação de trabalho de conclusão de curso. Obrigada pelo apoio parceria e respeito ao meu tempo neste processo.

Aos meus queridos familiares que sempre me apoiaram.

A Universidade Federal do Tocantins por permitir que nos tenhamos uma educação de qualidade.

Meu obrigada a todos que contribuíram ao longo dessa trajetória.

## RESUMO

A educação inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade desenvolvida nos dias de hoje, pois acreditamos que ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a sociedade. Para tanto, o foco do presente estudo é a inclusão de aluno com deficiência no ensino. Para esta pesquisa busca-se analisar, de forma bibliográfica, como acontecem as relações da educação especial e inclusiva, bem como as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores. Assim pretendemos avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da sala de aula em que a maioria dos alunos, não apresentam tais necessidades.

**Palavras chaves:** Aluno com deficiência, Inclusão, Educação Especial.

## ABSTRACT

The inclusive education is, undoubtedly, one of the greatest challenges of developed society nowadays, as we believe that it involves much more than the disable person, it also involves the family, the school and the society. Therefore, the focus of the present study is the inclusion of the student with disabilities in learning. For this research, we seek to analyse, in bibliographical way, how the relations of special and inclusive education take place, as well as the interactive circumstances that these students establish with their teachers. Thus, we intend to evaluate how the insertion of these students in the classroom context take place in which most of the students do not present such disabilities.

**Keywords:** Disable student, Inclusion, Special Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3 APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....</b>	<b>12</b>
<b>4 A DEFICIÊNCIA FÍSICA COMO UMA BARREIRA .....</b>	<b>19</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da vida humana que as comunidades são edificadas em torno de indivíduos ditos “normais”, excluindo e negligenciando os sujeitos que apresentavam diferenças físicas e cognitivas. Com o passar do tempo, a atenção começou a centrar-se nesses indivíduos e muitos estudos foram realizados para investigar as causas e tratamentos de crianças que apresentam algum desvio evolutivo (MONTANO, 2009).

A pessoa com deficiência para se desenvolver fisicamente e intelectualmente precisa de um atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, fisioterapêuticos ou estimulação motora. Neste sentido, a Educação tem seu papel ainda mais importante no intuito de garantir o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência para garantir a inserção e a permanência na sociedade sem ser vista com menosprezo pelos outros por sua dificuldade (BRASIL, 2014).

A inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais é um tema de grande importância e vem ganhando espaço cada vez mais com intensidade em debates discussões que explicitam a necessidade das escolas em atender as diferenças e as condições humanas. Educação inclusão é, sem dúvida, um dos maiores desafios de uma sociedade desenvolvida nos dias de hoje (MONTANO, 2009).

Para tanto, este trabalho monográfico teve por objetivo apresentar breves discussões sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência. As questões relevantes para que esse processo se faça real são diversas e a formação do profissional ciente e com carga de conhecimentos que garanta o reconhecimento das especificidades e o tempo de desenvolvimento intelectual de cada criança é um fator importante, bem como a aproximação da família com a escola dando suporte, socializando dificuldades para aprimorar o trabalho dos profissionais, mas, também, compreenderem melhor como lidar com as dificuldades que a criança com deficiência apresenta. Outra grande preocupação em relação à pessoa com deficiência física é o processo de acessibilidade que precisa ainda ser muito refletido para que as adaptações possam ser efetivadas e garantir ao aluno maior comodidade e segurança quando estiver na escola.

Este trabalho justifica-se, pois o papel da Educação Especial é de grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma

sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia (ODEH, 2000).

Em 1985, foi criado pelo governo federal um comitê para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações conjuntas na questão das pessoas com deficiência. Nesse mesmo ano, em Assembleia Geral das Nações Unidas, foi lançado Programa de Ação mundial para as pessoas deficiente. Tal programa recomendava que *“ quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”* (BRASIL,1985, p.35).

Essa perspectiva passaria a permear as políticas para a área em nível internacional na década seguinte e, em nível nacional, a partir da constituição federal de 1988. Ainda em 2001 o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº10.172/2001) sinalizou para o avanço que a década da educação teria que promover para a construção de uma educação inclusiva, prescrevendo em seus objetivos e metas que os sistemas de ensino deveriam favorecer o atendimento aos aluno com deficiência.

Em 2003, por meio da Secretaria de Educação Especial, foi determinado que todos os município do país devessem adotar o Projeto Plurianual de Implantação da educação Inclusiva em acesso e qualidade para todos. A finalidade de expandir as políticas públicas de educação inclusiva nos sistemas de ensino. Porém, o que se observa nas escolas é a discriminação e o atendimento estes alunos de forma incorreta pelas escolas e até mesmo pela sociedade, ou seja, observa-se a exclusão em vez da inclusão tão almejada (ODEH, 2000).

Desta forma, ao cursar a disciplina Educação Especial percebi uma certa identificação por esta temática e o desejo de investigar mais sobre as relações o desenvolvimento das práticas pedagógicas relacionadas as pessoas com deficiência na escola. Por isto justifica-se a escolha desse tema, como forma de entender como se processa a inclusão de pessoas como deficiência que também precisam vencer preconceito.

Também o que motivou esta Pesquisa foi o fato de ter conhecimento de que a Constituição Brasileira determina a homogenia, criando dispositivos legais que assegure a igualdade (BRASIL, 1988). A Constituição escolheu como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana, a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação e o direito de todos à educação. Mas, o que se tem observado, na prática é

que esta inclusão não está ocorrendo como proposto na Constituição e em outros documentos legais.

Neste trabalho pretendo analisar, então, as relações sociais do ambiente escolar e a convivência entre deficientes e professores na sala de aula e na escola. Acreditamos que o ensino brasileiro não esteja preparado para receber o deficiente com uma formação de qualidade fazendo com que a diversidade seja aceita com naturalidade.

## 2 METODOLOGIA

O trabalho se realiza na proposta de uma pesquisa bibliográfica como afirma Severino (2007, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses entre outros.

Utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Buscamos como fontes principais artigos que discutiam sobre a acessibilidade e a relação pais e profissionais na escola, como também alguns documentos de leis que tratam dos direitos a educação para pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo principal em desenvolver o trabalho foi à busca por informações sobre a deficiência física e a sua inclusão no processo educativo tendo em vistas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência ao acesso e permanência no ensino, garantido o seu desenvolvimento educacional participativo e ativo nas práticas desenvolvidas pelos profissionais.

Este trabalho será desenvolvido seguindo uma pesquisa bibliográfica para nos situarmos dentro da temática embasados em teóricos e pesquisadores da área, a pesquisa documental, como forma de abordarmos documentos oficiais que tratam sobre a educação especial no Brasil.

### 3 APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação inclusiva é segundo Sasaki (1997) *apud* Sousa e Tavares o processo que reestrutura as políticas e práticas escolares para garantir a participação de todas as pessoas com deficiência na educação, respeitando as diversidades e considerando as especificidades de cada uma sendo a

A deficiência física tendo como característica principal a paralisação ou mau funcionamento de membros do corpo, para incluir a pessoa com deficiência física no processo de formação educacional deve ser pensado as adaptações, que podem ser realizadas no meio ambiente, nos objetos e nas atividades para assegurar o ingresso e a permanência dela na escola. A acessibilidade no que se refere às adaptações se torna o fator mais importante para garantir o sucesso do processo de inclusão (NOVAK, 2015).

A acessibilidade ainda se apresenta como um dos principais problemas a ser superado no processo inclusivo, mas especificamente no que tange a acessibilidade arquitetônica e metodológica. Na primeira os espaços físicos das escolas se apresentam como barreiras a serem superados pelos alunos, tornando difícil o acesso à escola (CHACON, 2011).

Já na segunda apresenta barreiras aos profissionais que não estão capacitados para lidar com as especificidades apresentadas pelas pessoas com necessidades no interior da escola e fora dela, pois realizam também num trabalho em parceria com as famílias de compreender e lidar com o desenvolvimento das pessoas com deficiência a fim de garantir a aquisição de uma aprendizagem significativa para ela na sua vida posterior a escola, numa perspectiva de viver em sociedade com seus direitos garantidos e não serem vítimas da segregação (CHACON, 2011).

A Conferência Mundial “Educação para Todos” e a Conferência sobre “Necessidades Especiais” marcam o movimento pela inclusão de pessoas com necessidades na Educação. A Lei nº 9.394/96, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que a educação especial é dever institucional do Estado e deve ser ofertada na Educação Infantil. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (UNESCO, *apud* DELL-MASSO, ARAÚJO, 2008), é o mais importante documento que trata das questões relacionadas ao ensino das pessoas com necessidades especiais.

Neste documento, estão estabelecidas algumas recomendações para garantir o ensino inclusivo e de qualidade. Dentre elas, temos que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve ser preferencialmente na rede pública, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, bem como criação de programas de atendimento às pessoas com deficiência a fim de garantir bom atendimento e acesso da pessoa com Necessidade Educacional Especial na sua interação social, garantindo pleno exercício de seus direitos individuais e sociais (BRASIL, 2001).

O Plano Nacional de Educação estabelece objetivo e metas para a educação especial. Especificamente as metas tratam de assegurar a criação de programas educacionais em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o atendimento ofertado desde a Educação Infantil, a educação continuada dos profissionais, e os sistemas de ensino asseguram métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades (BRASIL, 2001).

No Artigo 24 da Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência (2013), nas disposições sobre a Educação estar reconhecido pelos Estados-Partes o direito das pessoas com deficiência à educação e asseguram o sistema inclusivo em todos os níveis com os objetivos de: Pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade; Desenvolvimento máximo possível da personalidade e dos talentos e da criatividade, bem como as suas habilidades físicas e intelectuais; Participação em uma sociedade livre.

Para que esse direito seja efetivo também é assegurado que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educativo; Possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito; Adaptações razoáveis de acordo as necessidades individuais (BRASIL, 2013).

Para a pessoa com deficiência adquirir as competências práticas e sociais necessárias ainda é assegurado à facilitação do aprendizado, propiciando seu bem estar pessoal e social.

Na constituição de 1988, Art.205 fala que a educação, e direito de todos e dever do estado e da família, principalmente as pessoas com deficiências, pois todo ser humano deve ter o direito às mesmas oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolvendo capacidades e exercendo sua cidadania,

alcançando, desse, formas, de integrar-se completamente ao meio social (BRASIL, 1988).

No Brasil, a luta por igualdade e respeito das diferenças tem sido constantes na sociedade, entre eles, talvez o mais importante, encontra-se no ambiente escolar. A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade (GADOTI, 2007).

Como intuição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007).

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação a fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos cotidianos da escola (MONTANO, 2007).

A escola também pode avançar no desenvolvimento de uma criança com deficiência, enfatizando a responsabilidade dos educadores em ensinar as mesmas com deficiência ou sem deficiência (MAICHE & ABRÃO, 2018).

A Criança com deficiência também é beneficiada quando elas frequentam uma escola regular, na qual pode receber informações iguais às recebidas pelos colegas, mesmo que contenham um tratamento diferente e muitas destas crianças apresentam dificuldades de construir conhecimentos. É preciso que muitos professores tenham oportunidades de refletirem sobre as mudanças destas crianças a cada dia, pois os professores precisam trabalhar a realidade de inclusão na prática (ODEH, 2000).

Não se pode deixar de reconhecer que, a inclusão social é um dos fatores fundamentais para desenvolvimento da sociedade brasileira, pois hoje, requer que os educadores estejam permanentemente informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação ou Tecnologia assistiva (FUMEGALI, 2012).

Portanto, este é o foco do presente estudo, compreender melhor a inserção do aluno com deficiência no ensino. Com isto o papel da educação especial é de

grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca informação, e conhecimento por parte das pessoas. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial (NOVAK, 2015).

É preciso tomar medidas que garantem a igualdade de acesso à educação aos deficientes e de todos e qualquer tipo de necessidade especial todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Dentro deste contexto, abordaremos como tema principal “A Educação especial na Escola”, surgindo então o seguinte questionamento: “Como os alunos com deficiência estão sendo “tratados” no âmbito da sala de aula?” E, “Estão os professores e preparados para receber estes estudantes e garantir sua aprendizagem?”

Dessa forma, este é o objetivo fundamental desse trabalho foi investigar como a mediação pedagógica do professor, pode contribuir para a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais, para assim averiguar a situação real do processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais, conferindo o funcionamento da inclusão em relação à teoria, bem como a formação dos profissionais que atendem essa criança, mas principalmente a visão dos professores da Rede Municipal e da Rede Estadual e sua capacitação para este trabalho.

Sobre a prática pedagógica diante do desafio da inclusão, especificamente, o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Sabemos que é possível uma prática pedagógica de qualidade, de forma apropriada à aprendizagem e realmente incluir aluno com deficiência, na rede regular de ensino. Sendo assim este estudo foi com a finalidade de abordar a concepção histórica sobre a inclusão no Brasil, fazer uma análise da inclusão e do desenvolvimento dos professores de uma escola do município (REBELO, 2004).

Durante a pesquisa surgiu muitas perguntas: qual a importância da inclusão escolar e para aluno com necessidades especiais, em resposta procurou-se demonstrar as concepções históricas da inclusão social de pessoa com necessidades educacionais especiais.

Para iniciarmos o debate, vamos ao conceito de deficiência e deficiência física conforme a lei. No decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira:

Art. 3: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Deficiência- toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Art. 4: - Deficiência Física – Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Na educação a discussão sobre o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência requer muito cuidado, pois uma vez que o conceito de inclusão passou a ser solução para os problemas sociais este aluno também requer atendimento especial, materiais adequados e específicos e tratamento sem nenhum tipo de discriminação e preconceito (ABRÃO & SOUZA, 2012).

Educadores mal preparados resistem à inclusão, devido ao preconceito, a desinformação e a intolerância, deve-se a sua formação familiar que o influenciou negativamente desde a infância e a acadêmica por que não os preparou para lidar com as diversidades e diferenças (MONTANO, 2007).

Nesse contexto estabelece como princípio para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, com o direito do atendimento educacional e especializado preconizando a integração e o atendimento à pessoa com deficiência ao âmbito do ambiente escolar (ODEH, 2000).

No entanto, em num país com um histórico de preconceitos e heterogeneidade disseminada, questiona-se a preparação do corpo docente escolar em garantir o direito dos alunos com deficiência, compartilhar o espaço escolar e receber ensino regular de qualidade (NOVAK, 2015).

Em nossa realidade observamos que ainda há poucos profissionais preparados para receber estes alunos. Durante o estágio da graduação, observou-se que os alunos com deficiência não são incluídos, pois no momento das aulas. Este tinha que sair da sala e a necessidade de estimular os alunos com deficiência a desenvolver as habilidades artísticas como meio de aprimorar a criatividade, a sensibilização, a lateralidade e a socialização.

Também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade.

Portanto, sua aprendizagem fluirá de forma prazerosa e significativa, sendo construída a cada instante em forma de lazer (ODEH, 2000).

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequeno e grande nos ambientes físicos, internas e externos equipamento aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todos as pessoas portanto também do próprio deficiente.

Quanto os avanços dos direito humanos registraram-se consideráveis progressos na conquista da igualdade e do exercício de direitos e o que se conhece e observa atualmente, tendo como grande aspecto, é a busca da inclusão destas pessoa historicamente marcadas pela segregação, pelo preconceito e pelo rejeição (RIBEIRO, 2003).

De acordo com Mazzota (1996), a educação especial no Brasil é marcada por dois período: de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seguida, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, inciso III)

A partir de meados do século XX com a Intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiências surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

Segundo Mantoan (2003) inclusão é o privilégio de conviver com as diferença”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoa diferente de nós. A também a estabilidade e algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança.

É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008 p.17). A

transformação verdadeira da escola só acontecerá quando realmente criamos condições para todos os alunos passarem a atuar efetivamente nesse espaço educativo.

Para Mittler (2001), "a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todos os alunos". De acordo com o autor a inclusão não representa simplesmente transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela requer uma mudança na mente e nos valores, para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente a sua filosofia está a celebração da diversidade.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p.12).

De acordo com Facion (2009, p. 203), "incluir não simplesmente levar um aluno com deficiência a frequentar a escola. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para o aluno e para seus pais. Todos os dias é um dia novo na inclusão"

Também deve ficar claro que bons mediadores de classe não são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muito pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto a maioria dos professores precisa de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (STAINBACK, 2008, p. 336).

Estamos neste momento vivendo um processo de discussões amplas sobre uma Política Nacional de Educação Especial, que reflete um momento em que ao mesmo tempo em que constatamos o fenômeno da globalização se estendendo para todas as esferas da sociedade, observamos que as minorias alcançaram visibilidade e reconhecimento.

O professor precisa despertar o interesse dos alunos pelo processo de ensino aprendizagem por meio de suas aulas, nos momentos de reflexão e de debates, deixando claro que a educação é a grande arma para a erradicação e diminuição do índice de desigualdades.

Neste relato, fica claro o empenho dos professores ao transmitirem o conhecimento não como detentores deste, mas como mediadores, uma vez que levam o aluno a pensarem e refletirem sobre suas ações, tornando-o um cidadão crítico. Assim, a igualdade de todos os cidadãos será cumprida por meio da justiça.

#### 4 A DEFICIENCIA FÍSICA COMO UMA BARREIRA

A deficiência segundo o Decreto nº 3.298 de 1999 (MEC,2004), é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.” E a deficiência física é a “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.”

A deficiência física pode ser apresentada na forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida. Pode ser **temporária**, quando com um tratamento a pessoa volta as suas condições anteriores, **recuperável**, quando permite melhora diante do tratamento, **definitiva**, quando mesmo com tratamento não há possibilidade de cura e **compensável**, quando permite a melhora por substituição de órgãos. Também pode ter causa **hereditária**, quando resulta de doenças transmitidas por genes, **congênita**, quando existe no individuo ao nascer, ou durante a fase intrauterina e **adquirida**, quando ocorre depois do nascimento por infecções, traumatismos e intoxicações.

O desenvolvimento infantil é o processo de mudanças e transformações que ocorrem durante toda a vida e recebe influência de fatores intrínsecos (genética) e extrínsecos (ambiente), portanto, desenvolvimento é um produto da interação contínua da hereditariedade e da influencia do meio. Como o processo de aprendizagem está associado ao desenvolvimento da pessoa, Piaget *apud* (Schirmer *et al*, 2007), afirma que:

“A inteligência é construída com a troca entre o organismo e o meio, [...] O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas. (SCHIMMER, *et al* 2007, p.16).”

Por isso, as ações realizadas sobre o meio promovem formas de conhecer e pensar mais complexas, levando a pessoa a criar novos esquemas para compreender e interpretar o mundo. No decorrer da vida, estamos a todo instante

recebendo informações as quais armazenamos aquelas que são significativas para nós. Nesse sentido, a pessoa com deficiência não pode ficar isolada da convivência social e a escola é o ambiente mais propício para a socialização. Schirmer *et al*, 2007, afirma que o ambiente escolar é o espaço da interação e é nele que:

“Nos vemos motivados a estabelecer comunicação, a sentir a necessidade de se pertencer, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido (SCHIMMER, *et al* 2007, p. 17).”

Quando falamos de inclusão De Vitta *et al* 2010, apresentam que a percepção dos profissionais sobre a socialização esta mais associada às relações sociais de entretenimento e não do ensino-aprendizagem da criança com Necessidade Educacional Especial. Nesta perspectiva, constata-se que, de modo geral, “a inclusão escolar da “pessoa com deficiência” é vista pelos professores como uma ação muito mais “humanística” do que realmente educacional”. Vista desta maneira pelos profissionais a inclusão não considerada a possibilidade de um real desenvolvimento cognitivo (GOMES, BARBOSA, 2006, *apud* DE VITTA, 2010, p. 421).

Alguns autores que estudam a inclusão de crianças com necessidades especiais como LACERDA, 2006, SEKKEL, ZANELATTO, BRANDÃO, 2010 a inclusão quando recebe um suporte adequado há efetividade na aprendizagem. Destacam ainda que “com suporte adequado e considerando as reais condições e limites das escolas, devem ser analisadas as formas possíveis para que a inclusão ocorra em benefício da criança deficiente (DE VITTA, DE VITTA, MONTEIRO, 2010, p. 422).

Um fator também apresentado por profissionais como dificuldade para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem do aluno com deficiência física, estar intimamente associado à falta de recursos materiais e principalmente a organização do espaço físico nas escolas.

No Brasil percebemos que esta realidade ainda se permeia, não generalizando, as escolas ainda não estão adequadas às necessidades de todas as crianças. Essa adequação vem de encontro com a acessibilidade segundo Sousa e Tavares (2016), as adaptações a serem feitas para receber o aluno com deficiência

física são muitas, a maior parte das escolas brasileiras apresentam diversos obstáculos que impedem o acesso e a permanência que é o principal para a criança deficiente no espaço escolar.

O profissional também tem um papel importante para que a aprendizagem seja efetiva segundo Sousa e Tavares (2016, p.35), o professor precisa “ser capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades de cada um do grupo”, é preciso ter conhecimento em sua área de atuação e também estar sempre buscando atualização aperfeiçoar conhecimento específico, teorias pedagógicas e técnicas didáticas inovadoras.

A participação da família nesse processo é muito valiosa, para compreender esta complexa relação entre escola e família Silva e Dessem (2010) afirma que a família é uma fonte de informação indispensável para que a escola possa aperfeiçoar seu trabalho na busca por um desenvolvimento da aprendizagem cognitiva da criança deficiente.

A figura dos pais no interior da escola reflete para os profissionais e para a criança o interesse pelo sucesso do desenvolvimento, tenha a criança deficiência ou não. Pais participativos e presentes vivenciam os impactos e as dificuldades que as crianças enfrentam no interior da instituição, estando próximos é mais fácil para a escola encontrar a melhor maneira de superar essas dificuldades. A deficiência viabiliza um maior comprometimento no desenvolvimento da pessoa com necessidades, levando os pais inicialmente a buscar novos conhecimentos para melhor contribuir com a criança e posteriormente associa-se aos profissionais educacionais, um dando suporte ao outro.

Silva e Dessen (2014), afirmam que mesmo as famílias com crianças frequentando instituições multiprofissionais ainda “necessitam de apoio para lidarem com demandas relativas à educação das crianças e ao desenvolvimento da família” bem como “precisam conhecer e discutir os objetivos da proposta pedagógica e os meios organizados para atingi-los, além de trocar opiniões sobre como é o cotidiano escolar e em casa” (SILVA,DESSEN, 2014,p. 430).

O ambiente familiar é considerado pelos sistemas educacionais o primeiro contato da criança com o conhecimento, a escola deve propiciar o apoio dos pais assim como os pais permitirem o apoio da escola, como alude Silva e Dessen (2014) a educação integral só acontece com essas duas instituições sociais unidas- família e escola.

Diante das dificuldades que permeiam a família e a escola em lidar com a eficácia do desenvolvimento educacional da criança com deficiência física, as barreiras e dificuldades são muitas, a acessibilidade é no momento o fator mais relevante.

Os profissionais ligados à área da educação estão ainda enfrentando o desafio da inclusão que já deveria ter sido superado, mas infelizmente ainda é uma grande batalha para profissionais, alunos e pais.

De acordo Dischinger e Machado (2006) *apud* Sousa e Tavares (2016), a acessibilidade se apresenta nas dimensões arquitetônica, eliminando barreiras no ambiente físico, comunicacional, eliminando barreiras de comunicação interpessoal, metodológica, eliminando barreiras nos métodos e técnicas de ensino, instrumental, eliminando as barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos, programática, eliminando as barreiras das políticas públicas e a dimensão atitudinal, conscientização das pessoas em geral por meio de programas e práticas de sensibilização para a convivência na diversidade. Dentre estas dimensões percebe-se maior dificuldade de superação a dimensão arquitetônica e a dimensão metodológica.

Del-Masso e Araújo (2008), no que se refere à acessibilidade arquitetônica ressaltam que a inclusão aponta para a importância de ajustar o meio às necessidades da pessoa, assim as adaptações podem ser realizadas tanto no meio, nas atividades e na metodologia para assegurar à participação da pessoa com deficiência em diversas atividades proporcionando o desenvolvimento e o aprimoramento de suas capacidades.

Na acessibilidade metodológica Vitalino e Manzini (2010), afirma que um dos fatores que contribui para o fracasso da inclusão é o despreparo dos profissionais, mas este não é um fator solitário, também se associa a rotina de trabalho, salas superlotadas, a falta de materiais entre outros. Para eles a formação dos profissionais também é importante, neste sentido aludem para a necessidade de planejar a formação incluindo disciplinas que abranjam as novas tendências educacionais de modo a atender as necessidades da educação inclusiva.

Quando se fala de pessoas com deficiência e o processo de inclusão, a acessibilidade arquitetônica e a metodológica são as que apontam maior importância para as pessoas com deficiência física. As adaptações físicas devem estar preparadas para assegurar o ingresso e a permanência desta criança na escola, e

os métodos utilizados devem ser para garantir que a criança desenvolva suas capacidades respeitando o tempo de cada uma delas em suas diversidades de limitações.

As deficiências físicas são diversas, portanto é importante que os profissionais entendam e compreendam cada uma delas para que seu trabalho seja significativo e alcance bons resultados. A seguir faremos um dialogo sobre alguns tipos de deficiência física para melhor compreensão do desenvolvimento da criança com deficiência física na educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES

A educação é de suma importância na vida de qualquer cidadão, mas é necessário que ela se torne importante na vida dos educandos desde cedo, pois é por meio dela que a sociedade terá cidadãos críticos e atuantes.

Este artigo abordou o papel do profissional da Educação especial como sujeito capaz de intervir nas injustiças e precarizações das crianças, com deficiências assim como sua intervenção na produção do conhecimento, uma vez que este conhecimento é construído em parceria com o aluno.

Relatou-se ainda, nesta pesquisa, o rendimento escolar dos alunos, tendo conhecimento que a falta de interesse é o que leva os alunos a não se interessarem mais pelo processo de ensino aprendizagem. Este rendimento não está relacionado somente aos alunos contemplados pelo Programa Bolsa Família, mas a uma grande maioria dos alunos matriculados.

Observou-se também, que a atuação do professor no processo de ensino aprendizagem não pode ser restrita a repassar conhecimento, mas orientar e valorizar as habilidades do aluno, para que eles possam tornar-se cidadãos críticos e conscientes, a fim de diminuir a pobreza e acabar com as desigualdades.

As especificidades que vemos quando pretendemos falar sobre deficiências se apresentam principalmente na inclusão, na formação profissional e nas relações família e escola. No presente trabalho buscamos discutir esses temas sem a intenção de apontar soluções, mas fazer um diálogo da realidade atual do processo de educação inclusiva de pessoas com deficiência física.

Constatamos com base nas informações dos registros de pesquisas realizadas anteriormente que o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ainda está se aperfeiçoando. Muitos problemas precisam ser superados para a efetivação da inclusão de modo a garantir que a pessoa com deficiência, possa se inserir e permanecer no ambiente escolar tendo suas especificidades reconhecidas e particularidades respeitadas.

Os profissionais apresentam muitas dúvidas quando estão de encontro com as práticas pedagógicas inclusivas, sentem-se incapacitados para situar os alunos com necessidades nos grupos pra trabalhar de maneira a desenvolver a aprendizagem no coletivo e na participação em todas as atividades. Este é um fator que deve ser pensado pelas políticas públicas de formação, em incluir nos currículo

de formação disciplinas que abrangem as novas tendências educacionais de modo a atender a necessidade da educação inclusiva.

A relação família e escola é um fator relevante no ensino das pessoas com necessidades, pois para os profissionais os pais podem ser uma importante forma de conhecer as especificidades e particularidades da criança com deficiência. Essa parceria é proveitosa para as duas partes, escola e família, pois uma serve de suporte para a outra na troca de informação que pode auxiliar as famílias no desenvolvimento da criança no ambiente de casa também, podendo tornar mais significativo o desenvolvimento da aprendizagem na criança.

Para a pessoa com deficiência física a acessibilidade é o fator primordial para garantir o acesso e a permanência dela no ensino. As adaptações que podem ser realizadas no meio, nos objetos e nas atividades são o conjunto de modificações para atender as diferenças individuais das crianças. Essas adaptações devem promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com necessidades, que venham priorizar conteúdos para garantir o desenvolvimento da aprendizagem significativa para a participação da pessoa com deficiência na sociedade que se insere.

Neste sentido, percebemos que a educação é apenas uma fase da vida da pessoa com deficiência, e que é nesse momento que ela vai construir conhecimentos para ser utilizado por toda a sua. Portanto, o ambiente escolar deve ser o mais adequado possível para garantir que a pessoa desenvolva seu conhecimento de modo a garantir a sua participação na vida social que terá após sua formação educacional. Um ensino que valorize suas especificidades dando suporte para que ela desenvolva suas potencialidades de forma independente e consciente

A Educação Inclusiva recebeu força a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996. Evidentemente que a proposta de inclusão envolve a sociedade como um todo e precisa de condições objetivas para que seja colocada em prática, entre elas, a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada, Observamos que não se trata apenas de os professores conhecerem mais sobre deficiências ou como ensinar a esses alunos, mas de criar espaços para que reflitam como são afetados por esta convivência.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, K. e SOUZA, A. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares de Educação Infantil. **Ciências & Letras**, n.52, p.93-106, 2012.

\_\_\_\_\_.e DURTE, M. O papel da afetividade no processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência. *Revista Uniabeu*, v.10, n24 p. 1-18, 2017.

BRASIL, Constituição da República Federal, Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 3 dez 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. N.º 9.394, de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Ministério da Educação, 1990

\_\_\_\_\_. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (nº 13.146/2015 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994

\_\_\_\_\_.Secretaria da Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Brasília: MEC/SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRITO, A.M. C.PROJETO “ DIVERSIDADE NA ESCOLA” Centro de Ensino Fundamental de Planaltina, Brasília: ...2013.

CHACON, Miguel Claudio Moriel. Relação pai-filho e deficiência física relato de pesquisa. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 3, p. 441-458, Set.-Dez, 2011.

DEL-MASSO, M.C. S; ARAUJO, R.C.T. Necessidades Educacionais Especiais: questões relacionadas ao desenvolvimento do aluno. *In*: OLIVEIRA, A. S; OMOTE, S; GIROTO, C.R.M. (Org.) **Inclusão Escolar**: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008. p. 65-77.

FUMEGALLI, Rita de Cassia A. **INCLUSÃO ESCOLAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?** Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Educação Especial) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, RS, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. < Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=172100&search=%7Cpalmas>> Acessado em 01 de março 2019

JUNIOR, Edson M.; TOSTA, Estela Inês L. **50 Anos de Políticas de Educação Especial no Brasil: Movimentos, avanços e retrocessos.** IX ANPED SUL. SEMINARIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1464/670>. Acesso em: mai. 2017.

MANTOAN, M. et al. (Org.) **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2007.

MANTOAN, M. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NOVAK M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**, Irati 2015.

ODEH, M. O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para as propostas de integração escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial, Faculdade de Filosofia e Ciências**, v. 6, p. 27-42. Marília: UNESP, 2000.

PASSOS, Rosiene P. M. M. dos: PROJETO INCLUSÃO ESCOLAR. Ensino Fundamental Inicial, Piranhas, GO, 2010.

REBELO, F. Contribuições da ergonomia no desenvolvimento de um sistema para apoio à colocação ou recolocação profissional de pessoas com deficiência. In: OMOTE, Sadão. **Inclusão intenção e realidade**. Marília: 2004

RIBEIRO, M. L. S. R. Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões. In: RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer**. Avercamp: São Paulo, 2003. p. 41-51.

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. Artigo. 2008. Disponível na revista Inclusão: **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. V. 1, nº 1. Out/2005. Brasília.

SCHIMER, Carolina R. [et. al.]. **Deficiência Física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SILVA, Larissa M. G. **Educação Especial e Inclusão Escolar sob Perspectiva Legal**. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP05.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

SILVA, Simone Cerqueira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Relações familiares na perspectiva de pais, irmãos e crianças com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, n. 20, p. 421-434, Jul.-Set. 1014.

STRAPASSON, A. **Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência**, da Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR: FADEP, 2007.

TOCANTINS, Governo do Estado – Secretaria de Educação e Cultura - Conselho Estadual de Educação. Resolução nº. 1, de 14 de Janeiro de 2010. **Sobre o Atendimento Educacional Especializado** – AEE, 2010.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C.R.(org.). **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010.p.49-112.